

Para acessar o relatório completo clique [aqui](#).

5. ORÇAMENTO DE 2018: AVALIAÇÃO BIMESTRAL DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

Com o encerramento do terceiro bimestre, o Poder Executivo reavaliou suas projeções para 2018. A previsão de déficit primário no ano passou de R\$ 152,8 bilhões, em maio, para R\$ 159,0 bilhões, em julho, equivalente à meta do ano. O nível das despesas primárias também avançou e está muito perto do teto para o ano. Nessas condições, eventual espaço fiscal aberto por futuras reavaliações de projeções da receita não poderá ser usado para ampliação de despesas. Adiante, detalhamos os principais pontos da última reavaliação.

De início, lembramos que o monitoramento ao longo do ano das variáveis que afetam o cenário fiscal é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 9º) e anualmente disciplinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Na LDO 2018, art. 51). Esse acompanhamento, ao fim de cada bimestre, é fundamental para que seja possível a correção de rumos sempre que o comportamento das receitas primárias e das despesas obrigatórias desviar o resultado primário projetado da meta fixada para o exercício.

No caso de o resultado previsto se desviar da meta, o instrumento a ser utilizado é a limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) dos gastos discricionários, ou seja, aqueles cujo nível de execução pode ser, em certa medida, controlado pelo governo. As despesas contingenciadas continuam previstas no Orçamento, apenas não podendo ser executadas. Em avaliações posteriores, uma eventual reversão do cenário fiscal devolve a possibilidade de execução das dotações bloqueadas.

O acompanhamento bimestral consta em relatório elaborado pelo Executivo, que deve atualizar o quadro macroeconômico e justificar todas as eventuais alterações nas receitas e despesas decorrentes dessa atualização. As previsões de receita, por exemplo, são sensíveis a alterações na legislação tributária, nos índices de preços ou nas previsões de crescimento do PIB. Ao longo do exercício, as previsões de receita devem também considerar os dados mais recentes sobre a arrecadação realizada.

Após a avaliação de receitas e despesas, se o contingenciamento for necessário, o relatório bimestral informará seu montante e como ele deve ser distribuído entre os Poderes. A distribuição entre os Poderes deve ser proporcional à participação de cada um no conjunto das despesas primárias discricionárias. O contingenciamento, em si, é feito por ato próprio de cada Poder (no Executivo, um decreto; nos demais Poderes, uma resolução ou portaria, por exemplo), o qual deve ser publicado até trinta dias após o final do bimestre.

Vale observar que a necessidade de contingenciamento pode ser identificada fora da avaliação bimestral, em geral quando ainda não se encerrou o primeiro bimestre ou na presença de algum evento relevante que justifique a revisão. Nesse caso, contudo, o bloqueio de dotações se aplica somente ao Executivo.

Em 2018, já foram realizadas quatro avaliações. Uma extemporânea, em fevereiro, e outras três relativas aos três primeiros bimestres do ano². As avaliações deram origem aos Decretos 9.276/2018, 9.323/2018, 9.390/2018 e 9.452/2018, respectivamente. Nas três primeiras avaliações, as projeções de receitas e despesas mantinham o resultado primário com relativa folga em relação à meta para o ano. A avaliação do terceiro bimestre, porém, apresentou uma

¹ Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

² Os relatórios de avaliação estão disponíveis em: <https://bit.ly/2nHPZKn>.

projeção de déficit de R\$ 157,2 bilhões, com o indicativo de que a projeção de despesas poderia ser ainda maior quando da edição do decreto de programação que viria a seguir.

Com efeito, o Decreto 9.452/2018 ampliou a projeção de déficit primário para R\$ 159,0 bilhões, igual à meta do exercício e R\$ 1,8 bilhão acima do indicado no relatório bimestral de avaliação (Tabela 11). Essa ampliação é inteiramente dada pelo aumento da estimativa de despesas em relação ao relatório (a Tabela 16, no fim do tópico, traz de forma mais desagregada as projeções do Executivo e da IFI; a Tabela 17, no fim do relatório, pormenoriza esses dados).

TABELA 11. RESULTADO PRIMÁRIO DE 2018 - RESUMO DAS PROJEÇÕES DO EXECUTIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	LOA	Decreto 9.390/18 (Maio)	Decreto 9.452/18 (Julho)	Variação	
				Valor	%
I. RECEITA TOTAL	1.462,1	1.470,6	1.482,2	11,6	0,8
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	244,2	247,6	256,1	8,4	3,4
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.217,8	1.222,9	1.226,1	3,2	0,3
IV. DESPESA TOTAL	1.373,4	1.375,7	1.385,1	9,4	0,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-155,5	-152,8	-159,0	-6,2	-4,1

Fonte: Ministério do Planejamento.

A próxima avaliação bimestral indicará em que medida o crescimento da projeção de despesas entre o relatório do terceiro bimestre e o Decreto 9.452/2018 (variação de R\$ 1,8 bilhão) ocorreu em despesas sujeitas ao teto constitucional de gastos primários (EC 95/2016). De acordo com a avaliação do terceiro bimestre, havia até então um espaço fiscal de apenas R\$ 0,7 bilhão em relação ao teto, o que sugere que ao menos parte das novas despesas deve se referir a gastos não sujeitos ao limite constitucional, como capitalização de empresas estatais ou destinados às eleições.

Como visto, do segundo para o terceiro bimestre, o déficit primário esperado para 2018 passou de R\$ 152,8 bilhões para R\$ 157,2 bilhões, no relatório bimestral, e depois para R\$ 159,0 bilhões no Decreto 9.452/2018. Essa piora teve como principal fator o aumento das despesas, dado que a projeção de receitas também cresceu no período.

Entre as duas últimas avaliações, a receita prevista, já líquida de transferências a Estados e Municípios, avançou R\$ 3,2 bilhões (de R\$ 1.222,9 bilhões para R\$ 1.226,1 bilhões). O aumento ocorreu mesmo a despeito da revisão para baixo da expectativa de crescimento real do PIB, de 2,5% em maio para 1,6% na avaliação de julho. A expectativa de inflação (IPCA) para 2018 também cresceu, de 3,4% para 4,2%, o que não foi suficiente, contudo, para evitar a redução da projeção do PIB nominal (de R\$ 6.968,0 bilhões para R\$ 6.932,6 bilhões).

De forma geral, as últimas projeções do governo se aproximam das projeções da IFI, que também foram revisadas para este RAF, conforme analisamos na seção de conjuntura macroeconômica. A Tabela 12 abaixo lista as principais projeções macroeconômicas oficiais, comparando-as, quando possível, com as da IFI, do Relatório Focus do Banco Central³ e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

³ Focus de 27/7/2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20180727.pdf>.

TABELA 12. PROJEÇÕES PARA OS PRINCIPAIS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS EM 2018

Parâmetro	Governo					IFI (RAF 19)	Mercado (Focus)	FMI
	LOA	fev/18	mar/18	mai/18	jul/18			
PIB real (%)	2,5	3,0	3,0	2,5	1,6	1,6	1,5	1,8
IPCA acum (%)	4,2	3,9	3,6	3,4	4,2	4,0	4,1	3,5
Taxa Over - SELIC Média (%)	7,3	6,7	6,5	6,3	6,5	6,8	6,8	-
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	3,3	3,3	3,3	3,4	3,6	3,5	3,5	-
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	52,2	68,2	65,0	68,3	74,7	74,1	-	62,3
Massa Salarial Nominal (%)	6,1	6,3	5,9	5,1	4,2	6,3	-	-

Fonte: Banco Central, FMI, Ministério do Planejamento e IFI.

O crescimento da projeção de receitas em contexto de revisão para baixo do crescimento esperado do PIB nominal é explicado principalmente pelas novas projeções para o preço do dólar (de R\$ 3,4 para R\$ 3,6) e do petróleo (de US\$ 68,3 para US\$ 74,7). Com isso, a previsão de arrecadação com exploração de recursos naturais, em especial os recursos provenientes do petróleo, teve crescimento de R\$ 7,3 bilhões (ou 14,3%) frente à avaliação anterior. A Tabela 13 traz as variações ocorridas na receita na reavaliação do terceiro bimestre.

TABELA 13. VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES DE RECEITAS PRIMÁRIAS (R\$ MILHÕES)

Receita	Avaliação		Variação	
	2º Bimestre	3º Bimestre	Valor	%
Total	1.470.556	1.482.180	11.624	0,8
Imposto sobre a Importação	41.427	42.246	819	2,0
Imposto sobre Produtos Industrializados	57.305	58.434	1.129	2,0
Imposto sobre a Renda*	346.634	353.295	6.661	1,9
Imposto sobre Operações Financeiras	36.726	36.914	188	0,5
Cofins - Contribuição Seguridade Social*	248.247	249.176	929	0,4
Contribuição para o Pis/Pasep*	66.192	66.338	146	0,2
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido*	74.237	75.933	1.696	2,3
Cide - Combustíveis	5.721	4.131	-1.590	-27,8
Outras receitas administradas	20.710	14.924	-5.786	-27,9
Arrecadação líquida para o RGPS	393.782	392.500	-1.282	-0,3
Concessões e permissões	22.683	23.114	431	1,9
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	13.912	13.929	17	0,1
Contribuição do Salário Educação	21.101	20.909	-192	-0,9
Exploração de recursos naturais	51.476	58.832	7.356	14,3
Outras receitas não administradas	70.403	71.505	1.102	1,6

Fonte: Ministério do Planejamento.

* Grande parte do crescimento nesses itens se deve meramente à reclassificação de receitas que até então estavam classificadas como "outras receitas administradas", o que explica também o expressivo decréscimo neste item.

O crescimento da projeção das receitas primárias foi parcialmente compensado pela redução da projeção para a arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Entre as avaliações de maio e julho, os valores foram revistos em R\$ 1,3 bilhão (-0,3%). Em relação à previsão original no Orçamento de 2018, o recuo já chega a R\$ 12,8 bilhões, ou 3,2%.

A revisão para baixo nas receitas previdenciárias reflete basicamente o comportamento do mercado de trabalho, abaixo do esperado inicialmente, tendo a projeção do governo para o crescimento nominal da massa salarial caído de 6,1%, no Orçamento, para 4,2% na reavaliação do terceiro bimestre. A projeção da IFI para esta variável está em 6,3%, que combina crescimento real da massa salarial de 2,2% com IPCA de 4,0%.

Com o recuo nas receitas e o avanço nas despesas de R\$ 1,7 bilhão, a projeção do governo para o déficit do RGPS em 2018 se ampliou de R\$ 198,6 bilhões, na avaliação do segundo bimestre, para R\$ 201,6 bilhões, na última avaliação.

Pelo lado das despesas primárias, as projeções do governo cresceram R\$ 9,4 bilhões, ou 0,7% (Tabela 14). A principal alteração é a incorporação do impacto da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, adotada em resposta à

greve dos caminhoneiros, no valor de R\$ 9,5 bilhões (MP 839/2018), parcialmente compensado com o cancelamento de despesas primárias discricionárias.

TABELA 14. VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS (R\$ MILHÕES)

Despesa	Avaliação		Variação	
	2º Bimestre	3º Bimestre	Valor	%
Total	1.375.719	1.385.110	9.391	0,7
Benefícios da Previdência	592.372	594.119	1.747	0,3
Pessoal e Encargos Sociais	302.405	302.113	-292	-0,1
Abono e Seguro Desemprego	56.896	56.896	0	0,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	55.904	56.029	125	0,2
Créditos Extraordinários	2.588	12.168	9.580	370,2
Desoneração MP 540, 563 e 582	14.030	13.664	-366	-2,6
Fundef / Fundeb - Complementação	13.815	13.815	0	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	14.863	14.885	22	0,1
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	15.086	14.250	-836	-5,5
Subsídios, Subvenções e Proagro	21.598	20.584	-1.014	-4,7
Outras despesas obrigatórias	19.315	18.915	-400	-2,1
Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	266.847	267.672	825	0,3

Fonte: Ministério do Planejamento.

5.1 Orçamento de 2018: Valores previstos versus realizado

A reavaliação do terceiro bimestre incorpora os dados de execução de receitas e despesas de todo o primeiro semestre do ano. O comportamento da execução é um dos parâmetros para revisão das projeções anuais. A análise dos dados realizados até junho sugere que, de forma geral, as projeções do governo para as receitas estão coerentes com o comportamento no ano, enquanto, no caso das despesas, as projeções têm se mantido relativamente conservadoras desde o início do ano. No primeiro semestre, a arrecadação foi 2,3% superior ao que se esperava em fevereiro (primeira avaliação após publicação do Orçamento). A projeção para o ano, no período, cresceu em patamar semelhante, 1,5%. A execução das despesas, por seu turno, ficou 4,1% abaixo do que se previa em fevereiro. Ainda assim, a projeção para o ano, no período, cresceu 1,0%.

Vale reforçar que o desempenho das receitas e despesas, ao longo do exercício, é apenas um dos fatores que condicionam a revisão das projeções do Executivo. Revisões nas projeções para os parâmetros macroeconômicos e alterações legislativas, por exemplo, podem ter papel relevante na reavaliação dos diversos itens que compõem as receitas e despesas primárias da União.

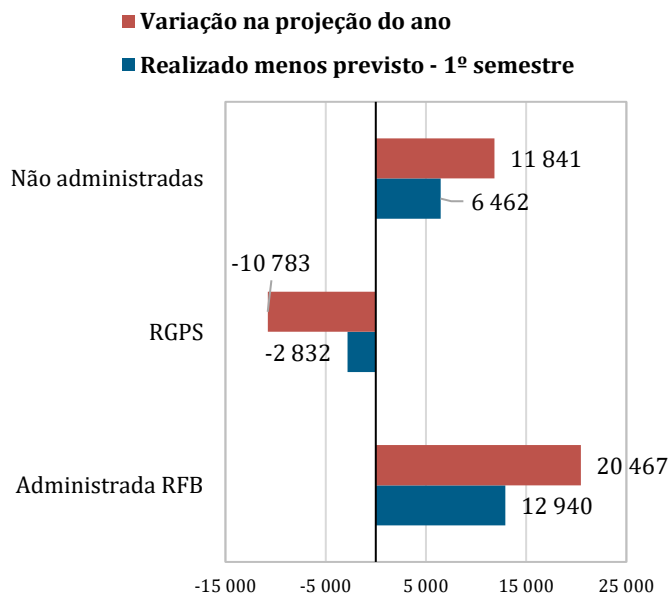
No primeiro semestre, a arrecadação das receitas administradas pela RFB ficou acima do previsto em fevereiro (R\$ 12,9 bilhões, ou 2,9%), com destaque para o desempenho do Imposto sobre a Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Já as receitas não administradas ficaram bem acima do previsto (R\$ 6,5 bilhões, ou 8,0%) e a projeção para o ano tem acompanhado esse desempenho. Isso se explica, conforme já comentamos, pela forte expectativa quanto às receitas de concessões e permissões e com exploração de recursos naturais. Com a arrecadação líquida do RGPS ocorre o inverso. A arrecadação até aqui foi inferior ao previsto (R\$ 2,8 bilhões ou 1,5%) e a projeção para o ano foi significativamente reduzida, tendo em vista a piora das perspectivas para o mercado de trabalho.

Os gráficos a seguir detalham esses valores. As barras azuis representam a diferença entre o valor realizado no primeiro quadrimestre e o valor inicialmente previsto pelo governo em fevereiro. Valores positivos, portanto, mostram um

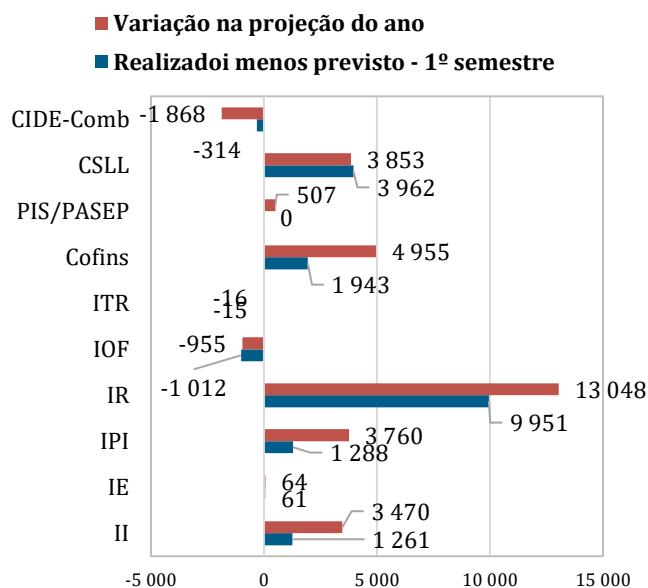
desempenho melhor do que esperado. As barras vermelhas mostram a variação nas projeções para o ano. Valores positivos evidenciam um aumento na projeção após a avaliação do terceiro bimestre.

**GRÁFICO 31. RECEITA TOTAL - JAN-JUN/2018
(R\$ MILHÕES)**



Fonte: Decreto 9.276/2018 e atualizações.

**GRÁFICO 32. RECEITAS ADMINISTRADAS RFB -
DIFERENÇA VALORES REALIZADOS X
PREVISTOS - JAN-JUN/2018 (R\$ MILHÕES)**



Quanto às despesas, a execução no primeiro semestre ficou bem abaixo do previsto em fevereiro (R\$ 27,5 bilhões, ou 4,1%). O desempenho abaixo do esperado foi observado em quase todos os itens que compõem as despesas da União (Gráfico 33). A projeção para o ano, por outro lado, cresceu R\$ 13,5 bilhões, ou 1,0%, no período.

A maior diferença entre valores realizados e previstos está nas chamadas despesas com controle de fluxo. Esse grupo agrega uma pequena parcela das despesas obrigatórias, como benefícios a servidores públicos e ações específicas em saúde e educação, e a totalidade das despesas discricionárias. No primeiro semestre, essas despesas ficaram R\$ 13,0 bilhões abaixo do que havia sido projetado em fevereiro, um desvio de 9,9%. Mesmo de posse dos dados de execução até junho, a projeção do governo para as despesas com controle de fluxo se manteve praticamente estável (R\$ 266,6 bilhões em fevereiro contra R\$ 267,7 bilhões em julho).

As demais despesas, todas obrigatórias, também tiveram desempenho abaixo do esperado no primeiro semestre (R\$ 14,6 bilhões, ou 2,7%), com destaque para as despesas com pessoal, abono e seguro desemprego e subsídios e subvenções. Em nenhum dos casos, a projeção para o ano foi ajustada proporcionalmente ao desempenho no primeira metade do ano.

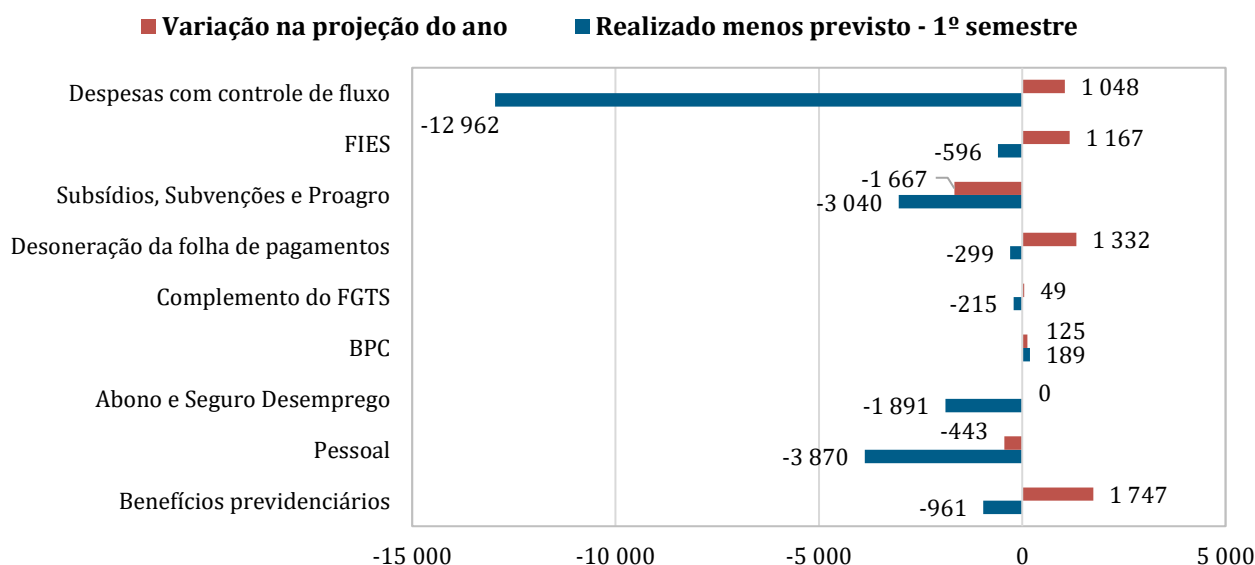
As execução das despesas com abono e seguro desemprego em 2018 tem sido inferior não somente ao previsto no início do ano, mas também em relação à execução no primeiro semestre de 2017 (recuo de 6,9%, em termos reais). Ainda assim, a projeção para essas despesas em 2018 tem se mantido estável.

A projeção com subsídios e subvenções foi reduzida em 7,5% entre fevereiro e julho deste ano (de R\$ 22,3 bilhões para 20,6 bilhões). No entanto, os dados mais recentes de execução sugerem que a despesa ao fim do exercício ficará aquém dessa previsão. A execução no primeiro semestre foi R\$ 3,0 bilhões inferior ao previsto em fevereiro para o período

(desvio de 29,6%). A comparação com dados realizados de 2017 também parece não sustentar as projeções atuais do governo. No ano passado, a despesa ficou em R\$ 18,7 bilhões, abaixo do valor atualmente projetado para 2018, e, no primeiro semestre deste ano, o recuo real em relação a igual período de 2017 é de 27,4%. É importante lembrar que boa parte do impacto do ano já foi absorvido, dado que essas despesas se concentram nos meses de janeiro e julho. Dados preliminares de julho extraídos pela IFI no Siga Brasil reforçam a tendência de redução nesse grupo de despesas.

Também no caso das despesas, haveria justificativas para o aumento esperado da despesa mesmo diante do desempenho no primeiro semestre. Contudo, para itens específicos, a comparação entre valores projetados e executados, bem como entre valores de execução de 2017 e 2018, sugerem alguma margem de ajuste em avaliações subsequentes.

GRÁFICO 33. DESPESAS PRIMÁRIAS - DIFERENÇA VALORES REALIZADOS X PREVISTOS - JAN-JUN/2018 (R\$ MILHÕES)



Fonte: Decreto 9.276/2018 e atualizações.

5.2 Teto de gastos primários

Conforme comentamos, com a edição do Decreto 9.452/2018, a expectativa de déficit para 2018 está em R\$ 159,0 bilhões, equivalente à meta para o ano. Com isso, não há espaço para ampliações de despesas sem que haja a correspondente compensação. Essa compensação pode se dar pelo aumento na previsão de receitas ou pelo cancelamento de despesas. Se for necessária a ampliação de despesas classificadas como obrigatórias, a compensação também pode se dar pelo contingenciamento de despesas discricionárias.

Contudo, ainda que eventual aumento nas projeções de receita gere espaço para novas despesas sem comprometer o cumprimento da meta de resultado primário, esse espaço deverá ser usado em despesas não sujeitas ao teto de gastos, pois o nível das despesas primárias já está muito próximo do limite para o exercício (Tabela 15).

Entres os gastos não sujeitos ao teto, estão os abertos por meio de créditos extraordinários, de que é exemplo a recente subvenção concedida à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário (MP 839/2018).

A título de comparação, as projeções da IFI para o teto de gastos em 2018, compatíveis com a projeção de déficit primário de R\$ 156,8 bilhões (conforme capítulo Cenário Fiscal), apontam um patamar de despesas ainda R\$ 15,0 bilhões abaixo do limite para o ano.

TABELA 15. TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2018 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	LOA	Avaliação				IFI (RAF 19)
		Fevereiro	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	
Total de despesas primárias	1.617,6	1.615,5	1.620,4	1.623,4	1.639,3	1.616,7
Despesas não sujeitas ao teto	269,7	270,5	273,9	275,9	292,1	283,9
Despesas sujeitas ao Teto	1.347,9	1.345,0	1.347,4	1.347,4	1.347,2	1.332,9
Teto de gastos	1.347,9	1.347,9	1.347,9	1.347,9	1.347,9	1.347,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,0	2,9	0,4	0,5	0,7	15,0

Fonte: Ministério do Planejamento.

5.3 Projeções da IFI

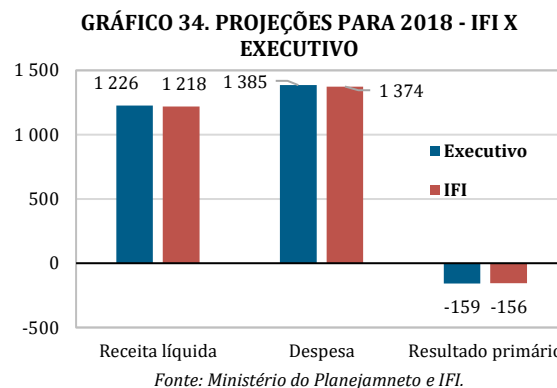
Neste tópico, comparamos as projeções mais recentes do governo, elaboradas em julho, com as projeções da IFI, revisadas nesta edição do RAF. As premissas utilizadas na revisão de cenário da IFI estão evidenciadas nas seções 1 e 3 do relatório.

A Tabela 16 traz de forma mais desagregada a evolução das projeções do Executivo e as projeções atuais da IFI (a Tabela 15, no fim do relatório, detalha ainda mais esses dados).

Para 2018, a IFI projeta um déficit primário de R\$ 156,0 bilhões, R\$ 3 bilhões inferior à previsão de julho do governo, que é de R\$ 159,0 bilhões (Gráfico 34). Essa diferença é resultado de uma projeção R\$ 8 bilhões menor nas receitas e R\$ 11 bilhões menor nas despesas.

Merecem destaque as previsões para: benefícios previdenciários (-R\$ 4,9 bilhões, ou 0,8% inferior) e subsídios e subvenções (-R\$ 2,8 bilhões, ou 13,4% inferior).

No caso da despesa com subsídios e subvenções, os dados realizados até julho de 2018, na comparação com igual período de 2017, reforçam a expectativa da IFI de queda no ano. Ainda assim, as projeções oficiais sustentam crescimento em relação a 2017, o que parece pouco provável, considerando que, para esse grupo, a execução de agosto a dezembro é geralmente muito baixa.



as projeções oficiais sustentam crescimento em relação a 2017, o que parece pouco provável, considerando que, para esse grupo, a execução de agosto a dezembro é geralmente muito baixa.

TABELA 16. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO – LOA X PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA X IFI (R\$ BILHÕES E % PIB)

Discriminação	2018								IFI - Decreto 9.452/18	
	LOA		Decreto 9.390/18 (Maio)		Decreto 9.452/180 (Julho)		IFI (RAF 19)		Valores	Diferença %
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB		
I. RECEITA TOTAL	1.462,1	21,0	1.470,6	21,2	1.482,2	21,3	1.468,9	21,1	-13,3	-0,9
I.1 - Receita Administrada pela RFB	890,3	12,8	897,2	12,9	901,4	12,9	887,7	12,7	-13,7	-1,5
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	405,3	5,8	393,8	5,7	392,5	5,6	395,6	5,7	3,1	0,8
I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	166,5	2,4	179,6	2,6	188,3	2,7	185,6	2,7	-2,7	-1,5
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	244,2	3,5	247,6	3,6	256,1	3,7	250,5	3,6	-5,6	-2,2
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.217,8	17,5	1.222,9	17,6	1.226,1	17,6	1.218,4	17,5	-7,7	-0,6
IV. DESPESA TOTAL	1.373,4	19,8	1.375,7	19,8	1.385,1	19,9	1.374,4	19,7	-10,7	-0,8
IV.1 Despesas Obrigatórias	1.091,4	15,7	1.094,0	15,7	1.102,6	15,8	1.093,8	15,7	-8,7	-0,8
Benefícios Previdenciários	596,3	8,6	592,4	8,5	594,1	8,5	589,2	8,5	-4,9	-0,8
Pessoal e Encargos Sociais	296,9	4,3	302,4	4,4	302,1	4,3	303,1	4,3	0,9	0,3
Abono e Seguro Desemprego	62,6	0,9	56,9	0,8	56,9	0,8	56,2	0,8	-0,7	-1,2
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	56,0	0,8	55,9	0,8	56,0	0,8	56,3	0,8	0,2	0,4
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11,5	0,2	14,0	0,2	13,7	0,2	13,0	0,2	-0,6	-4,6
FUNDEB (Complem. União)	14,1	0,2	13,8	0,2	13,8	0,2	13,3	0,2	-0,5	-3,4
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	14,6	0,2	15,1	0,2	14,3	0,2	14,3	0,2	0,0	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	20,3	0,3	21,6	0,3	20,6	0,3	17,8	0,3	-2,8	-13,4
Demais	19,1	0,3	21,9	0,3	31,1	0,4	30,6	0,4	-0,5	-1,5
IV.2 Despesas com controle de fluxo	282,0	4,1	281,7	4,1	282,6	4,1	280,5	4,0	-2,0	-0,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-155,5	-2,2	-152,8	-2,2	-159,0	-2,3	-156,0	-2,2	3,0	-1,9

Fonte: Ministério do Planejamento e IFI.